

ANALISTA JUDICIÁRIO

OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

TIPO 3 – AMARELA



SUA PROVA

- Além deste caderno, contendo **70 (setenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de sala
 - o cartão de respostas das questões objetivas;
 - a folha de textos definitivos da questão discursiva.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e preenchimento da folha de textos definitivos.
- **3 (três) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a folha de textos definitivos.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida a troca do cartão de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro do candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

Língua Portuguesa

1

A oração “Acreditou que venceria facilmente o inimigo” poderia ser reescrita do seguinte modo: “Acreditou em fácil vitória contra o inimigo”.

Seguindo esse modelo, assinale a frase que realiza a mesma modificação de forma adequada.

- (A) O problema necessita ser resolvido urgentemente / o problema precisa de dissolução urgente.
- (B) Essa questão merece ser examinada detidamente / essa questão merece um exame detalhado.
- (C) O Museu será reinaugurado proximoamente / o museu terá uma reinauguração próxima.
- (D) Vamos dividir os doces equitativamente / vamos dividir os doces de forma idêntica.
- (E) O deputado declarou repentinamente que sairia do partido / o deputado fez uma declaração repetida de que sairia do partido.

2

Em todas as frases a seguir foi usada a conjunção “porque”; as opções a seguir apresentam formas adequadas de reescrever essas frases, retirando-se essa conjunção, com a manutenção do sentido original, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) O invejoso é tirano e verdugo de si próprio: ele sofre porque os outros gozam / Por causa do gozo dos outros, o invejoso sofre e é tirano e verdugo de si próprio.
- (B) Muitos homens são louvados porque são mal conhecidos / Pelo mau conhecimento que se tem de alguns homens, eles são louvados.
- (C) Arguimos a vaidade alheia porque ofende a nossa própria / Por ofensa à nossa própria vaidade, arguimos a vaidade alheia.
- (D) A mocidade é temerária; presume muito porque sabe pouco / Pela pouca sabedoria, a mocidade é temerária e presume muito.
- (E) As nações não envelhecem como as pessoas, porque todos os dias se renovam pelos nascimentos / Pela renovação diária por meio dos nascimentos, as nações, como as pessoas, não envelhecem.

3

O diminutivo em língua portuguesa mostra valores variados. Assinale a frase abaixo em que o diminutivo tem valor afetivo.

- (A) Nesse frio, bom mesmo é um cobertorzinho amigo.
- (B) O governo deseja que a inflação vá embora depressinha.
- (C) O deputado mostrava em seu pulso um reloginho barato.
- (D) Na Europa ocorre agora uma guerrinha suja.
- (E) A mobília da boneca tinha apenas duas cadeirinhas.

4

Assinale a frase abaixo cujo vocábulo sublinhado **não** apresenta uma impropriedade léxica (vocábulo mal-empregado no contexto da frase).

- (A) Recebeu um elogio pelo ato heroico que cometeu.
- (B) O carro deslizou na pista graças à chuva da noite anterior.
- (C) Eu garanto que não fui eu o autor do crime.
- (D) Os passageiros fizeram um esforço sobre-humano para escapar.
- (E) O paciente chegou ao hospital gozando de má saúde.

5

Em todas as frases abaixo ocorre a presença do adjetivo “bom” / “boa” com diferentes sentidos.

Assinale a frase em que há a indicação de um sinônimo **inadequado** para esse adjetivo.

- (A) Uma boa risada é um raio de sol na casa / barulhenta.
- (B) É um prazer navegar com bom tempo / estável.
- (C) Aquele apartamento está sendo vendido por bom preço / barato.
- (D) Acho que esse vestido está bom nela / bem ajustado.
- (E) Aquele aluno tem uma boa letra / legível.

6

Assinale a frase em que há **problema** de norma culta em função da confusão entre “todo-a” / “todo o - toda a”.

- (A) Toda alegria é uma vitória, e uma vitória é uma vitória, por menor que seja.
- (B) Quem não sabe chorar de todo o coração também não sabe rir.
- (C) Ele chorou todo o dia após receber a notícia trágica.
- (D) Todo trabalho ficou manchado do vinho derramado.
- (E) Toda tristeza deve ser afastada de nossa vida.

7

Assinale a frase em que houve emprego correto do pronome LHE.

- (A) “Se você de fato leva a sério a preparação de seu filho para o futuro, não lhe ensine a subtrair – ensine a deduzir”.
- (B) “Os que são incapazes de recordar o passado são condenados a repetir-lhe”.
- (C) “Se você conta os anos, o tempo parecer-lhe-á breve”.
- (D) “Lembre-se – quando você achar que tudo está perdido, o futuro ainda lhe aguardará”.
- (E) “A história é um cavalo que galopa atravessando a janela, e você deve decidir se saltará para montar-lhe ou não”.

8

Nas frases abaixo, os adjetivos sublinhados estão relacionados à ideia de “movimento”.

Assinale a opção na qual o adjetivo foi selecionado adequadamente para o contexto da frase.

- (A) Assim que a orquestra iniciou a valsa, os formandos começaram a dançar com movimentos frenéticos.
- (B) Os soldados, perfeitamente perfilados, exibiam uma marcha ritmada.
- (C) O passante sofreu um ataque e caiu ao chão com movimentos oscilantes.
- (D) O pêndulo do relógio mostrava um movimento giratório.
- (E) O mar se chocava contra as rochas com força convulsiva.

9

Em todas as frases abaixo substituímos por um particípio o segmento sublinhado.

Assinale a frase em que essa substituição foi feita de forma **inadequada**.

- (A) Um edifício que está sobre quatro colunas / erigido.
- (B) Os carros que estão em fila dupla / estacionados.
- (C) O território que está entre Rio e São Paulo / localizado, situado.
- (D) Os presos que estão nessa cela / inseridos.
- (E) Uma esmeralda que está nesse anel / encrustada.

10

Em todas as frases abaixo está presente o verbo “ver”.

A substituição desse verbo por outro, adequada ao contexto, é:

- (A) Ficamos paralisados, vendo a paisagem maravilhosa / contemplando.
- (B) É difícil ver a diferença de cores neste quadro / apreciar.
- (C) O diretor verá hoje os requerimentos dos alunos / notará.
- (D) Os médicos veem muitos pacientes por dia / percebem.
- (E) Não conseguiram ver a grandeza das ações / destacar.

Raciocínio Lógico Matemático

11

A soma de 2 números naturais é 22253. Um dos números é divisível por 10 e se retirarmos o algarismo das unidades desse número obtém-se o outro número.

A diferença entre o maior e o menor número é

- (A) 13222.
- (B) 14644.
- (C) 15876.
- (D) 17732.
- (E) 18207.

12

Sobre 4 grandezas X, Y, Z e W sabe-se que:

- A razão de W para X é 4:3
- A razão de Y para Z é 3:2
- A razão de Z para X é 1:6

A razão de X+Y para Z+W é

- (A) 5:6
- (B) 4:7
- (C) 3:5
- (D) 6:11
- (E) 8:11

13

Um número inteiro positivo é chamado de “quadrado perfeito” quando ele é o quadrado de um número inteiro positivo. Por exemplo, 16 é um quadrado perfeito pois é igual a 4².

O número de quadrados perfeitos maiores do que 100 e menores do que 2023 é

- (A) 28.
- (B) 34.
- (C) 42.
- (D) 44.
- (E) 48.

14

Uma distribuidora de produtos químicos recebeu 1600 litros de certo composto e deve distribuir toda essa quantidade entre 5 laboratórios em partes proporcionais aos números 3, 4, 5, 6 e 7.

O laboratório que receber a menor quantidade receberá

- (A) 190 litros.
- (B) 192 litros.
- (C) 194 litros.
- (D) 196 litros.
- (E) 198 litros.

15

O valor da expressão numérica

$$\frac{2^{2022} - 2^{2021} - 2^{2020} + 2^{2019}}{2^{2020} - 2^{2019}}$$

é

- (A) 5.
- (B) 4.
- (C) 3.
- (D) 2.
- (E) 1.

16

Considere como verdadeiras as seguintes sentenças:

- Se Gerson não é torcedor do Botafogo, então Luiz é torcedor do Treze.
- Se Luiz é torcedor do Treze, então Débora não é torcedora do Campinense.
- Se Débora não é torcedora do Campinense, então Lúcia é torcedora do Botafogo.
- Lúcia não é torcedora do Botafogo.

É correto concluir que

- (A) Luiz é torcedor do Treze.
- (B) Gerson é torcedor do Botafogo.
- (C) Luiz não é torcedor do Botafogo.
- (D) Débora é torcedora do Campinense.
- (E) Lúcia é torcedora do Treze.

17

Carlos considera que um número é *agradável* quando a soma dos seus algarismos é 7 ou múltiplo de 7. Por exemplo, o ano de 2005 foi agradável pois $2 + 0 + 0 + 5 = 7$, e o de 2039 será também, pois $2 + 0 + 3 + 9 = 14$.

Por esse critério, o número de anos agradáveis do século XX foi igual a

- (A) 7.
- (B) 10.
- (C) 11.
- (D) 13.
- (E) 14.

18

Flávio é engenheiro e seu salário é constituído de duas partes: 60% do valor bruto referem-se ao trabalho de escritório e 40%, pelas visitas às obras.

Flávio foi promovido; com isso, a parte do seu salário referente a visitas às obras teve aumento de 100%, mas a outra parte permaneceu igual.

Sobre o novo salário, a parte relativa ao trabalho de escritório representa, aproximadamente,

- (A) 37%.
- (B) 39%.
- (C) 41%.
- (D) 43%.
- (E) 45%.

19

Miguel, Artur e Heitor possuem idades diferentes e nasceram em cidades diferentes; um nasceu em Patos, outro em Cabedelo e outro em Santa Rita.

As três afirmações seguintes sobre eles são verdadeiras:

- Miguel é mais velho que o cabedelense.
- Artur nasceu em Patos.
- Heitor não é o mais novo.

É correto concluir que

- (A) Miguel é mais novo que Artur.
- (B) Heitor nasceu em Santa Rita.
- (C) o santa-ritense é o mais velho.
- (D) o cabedelense é mais velho que Miguel.
- (E) Artur é mais velho que o patoense.

20

Milton, Nei e Otávio são técnicos e trabalham no interior do estado da Paraíba. Neste ano de 2022, os três fizeram cursos de aperfeiçoamento no Centro de Treinamento (CT) em João Pessoa.

Considere as informações:

- Milton chegou no CT em 27 de abril e permaneceu lá por 40 dias.
- Nei chegou no CT em 03 de maio e permaneceu lá por 37 dias.
- Otávio chegou no CT em 25 de abril e permaneceu lá por 36 dias.

Nas informações acima, o dia de chegada e o dia da partida são considerados como dias de permanência no CT.

O número de dias que Milton, Nei e Otávio estiveram juntos no CT foi

- (A) 27.
- (B) 28.
- (C) 29.
- (D) 30.
- (E) 31.

Atualidades

21



Grande artista brasileira, Gal Costa nos deixou neste mês de novembro de 2022. Artista única, de voz afinadíssima, transitou sempre por diversos movimentos artísticos da música popular brasileira. Seu nome, entretanto, estará para sempre associado, fundamentalmente, ao seguinte movimento:

- (A) Bossa Nova.
- (B) Jovem Guarda.
- (C) BRock.
- (D) Tropicalismo.
- (E) Mangue Beat.

22

Recentemente, algumas nações europeias foram sacudidas por crises políticas que afetaram vivamente seus Parlamentos. Um caso particularmente importante é o do Reino Unido, onde sucessivas crises sacudiram o Parlamento após a saída da União Europeia, no episódio conhecido como *brexit*.

Em relação ao tema, avalie se as descrições a seguir são falsas (F) ou verdadeiras (V):

- I. A Primeira-Ministra Theresa May, do Partido Trabalhista, esteve à frente do governo por ocasião das intensas negociações com a União Europeia que culminaram no *brexit*. Vitoriosa no *brexit*, deixou o cargo de Primeira-Ministra pouco depois, dando por encerrada sua exitosa gestão.
- II. O poderoso Primeiro-Ministro Boris Johnson, do Partido Conservador, sucedeu Theresa May. No cargo, Johnson tentou desfazer o *brexit*. Com isso, administrou crise após crise até ser acusado de comportamento inadequado em dois episódios: no primeiro, foi acusado de promover uma festa na residência oficial e escritório do Primeiro-Ministro, bem no auge da pandemia; um segundo episódio, no qual promoveu a vice-chefe da bancada do governo no parlamento uma pessoa acusada reiteradas vezes de assédio sexual, causou a renúncia de vários ministros e acabou por levar à renúncia de Johnson, em 2021.
- III. Johnson foi sucedido por Liz Truss, que serviu como Primeira-Ministra do Reino Unido por cerca de seis meses, sem entretanto ocupar o cargo de líder do Partido Conservador nesse período. Caiu por conta de uma desastrosa política econômica, agravada pelos efeitos da pandemia e da guerra Rússia-Ucrânia.

As descrições são, respectivamente,

- (A) F – F – F.
- (B) F – F – V.
- (C) V – F – F.
- (D) V – V – V.
- (E) F – V – V.

23

É um romance brasileiro de 2019 escrito pelo autor baiano Itamar Vieira Junior. Conta a história de duas irmãs, Bibiana e Belonísia, marcadas por um acidente de infância, e que vivem em condições de trabalho escravo contemporâneo em uma fazenda no sertão da Chapada Diamantina. O romance foi originalmente publicado em Portugal, pela editora Leya, após vencer o prêmio de mesmo nome. No Brasil, é publicado pela editora Todavia. Além do Prêmio Leya, venceu também importantes competições como o Prêmio Jabuti 2020 e o Prêmio Oceanos 2020.

(adap. wikipedia)

O texto refere-se ao romance

- (A) Torto Arado.
- (B) Baixo Esplendor.
- (C) Tudo é Rio.
- (D) Vista Chinesa.
- (E) Anos de Chumbo e Outros Contos.

24

Conceito, surgido a partir do Protocolo de Kyoto em 1997, que visa à diminuição dos gases de efeito estufa, que provocam diversos problemas ambientais associados às mudanças climáticas. Eles fazem parte de um mecanismo de flexibilização que auxilia os países que possuem metas de redução da emissão de gases poluentes a alcançá-las.

A cada tonelada não emitida, gera-se um crédito. Assim, quando um país consegue reduzir a emissão dessa tonelada, ele recebe uma certificação emitida pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), ou seja, recebe os créditos que estarão disponíveis para serem comercializados com os países que não alcançaram suas metas.

A geração do crédito é realizada à medida que os países esforçam-se em projetos e ações que visam ao desenvolvimento sustentável, evitando, assim, o aumento do efeito estufa. Exemplos desses projetos são o empenho em reduzir os níveis de desmatamento, as campanhas para o consumo consciente, o uso de fontes de energia alternativas, entre outros.

(mundoeducacao.uol.com.br. Adaptado)

O texto refere-se aos créditos de

- (A) Hidrogênio.
- (B) Oxigênio.
- (C) Carbono.
- (D) Enxofre.
- (E) Silício.

25



O mundo tem acompanhado o que acontece com a inflação nos Estados Unidos da América. Recentemente, a inflação por lá saiu de um patô de cerca de 2% ao ano e atualmente gira em torno de 8 a 9%. Na zona do euro, vemos acontecer fenômeno similar. Economias emergentes também sentem os efeitos negativos de uma inflação mais alta.

Avalie se, entre as causas do aumento recente da inflação nos EUA, podem ser citados:

- I. O movimento de alta nas taxas de juros.
- II. Os incentivos econômicos concedidos aos americanos (pessoas e empresas) durante a pandemia do coronavírus.
- III. As paralisações nas cadeias produtivas por conta dos surtos de Covid.
- IV. A invasão da Ucrânia pela Rússia.

Estão corretos os itens

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

Conhecimentos Específicos

26

Determinado legitimado submeteu o Art. 3º da Lei nº XX ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Em sua decisão, transitada em julgado, o Tribunal declarou a constitucionalidade da norma obtida a partir da interpretação desse preceito legal. Anos depois, o mesmo legitimado, já sob direção distinta, consultou o seu advogado a respeito da possibilidade de voltar a submeter o referido preceito ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

O advogado respondeu corretamente que a almejada deflagração do controle concentrado de constitucionalidade

- (A) não é possível, em razão do trânsito em julgado da decisão proferida.
- (B) somente é possível caso ainda não tenha decorrido o biênio legal para o ajuizamento da ação rescisória.
- (C) somente é possível caso o preceito tenha sofrido alguma alteração em seu texto em momento posterior.
- (D) é possível, caso aspectos afetos ao contexto tenham concorrido para alterar o teor da norma obtida a partir do referido preceito.
- (E) é possível, pois a coisa julgada formal não é delineada no âmbito do processo objetivo de controle concentrado de constitucionalidade.

27

Ana, após regular aprovação em concurso público de provas e títulos, ingressou no serviço público. Para sua surpresa, o regime jurídico da categoria veio a ser objeto de alteração legislativa poucos anos depois. Por ocasião da reforma, foram adotadas as seguintes medidas: (1) redução do tempo de duração de algumas licenças; (2) extinção de duas vantagens pecuniárias, que foram incorporadas aos vencimentos então recebidos pelos servidores, deixando de ter existência autônoma; e (3) extinção de diversos cargos, vagos e ocupados, neste último caso com a colocação dos servidores em disponibilidade, o que redundou no aumento do volume de trabalho de Ana.

À luz do teor dessas alterações legislativas, Ana consultou o seu advogado a respeito de sua compatibilidade com a sistemática constitucional, considerando uma possível afronta ao seu direito adquirido.

O advogado respondeu corretamente que

- (A) todas são constitucionais.
- (B) nenhuma delas é constitucional.
- (C) apenas a medida 1 é constitucional.
- (D) apenas a medida 3 é constitucional.
- (E) apenas as medidas 1 e 3 são constitucionais.

28

Em razão da crise econômica que assolava determinado Estado da federação, foi aprovada a Lei estadual nº XX, que disciplinou a suspensão e a interrupção do fornecimento de energia elétrica ao consumidor inadimplente.

Insatisfeita com a medida, a principal fornecedora de energia elétrica em atuação no território do Estado solicitou que o seu advogado analisasse a constitucionalidade da medida, sendo-lhe corretamente informado que a Lei estadual nº XX é formalmente

- (A) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre a matéria.
- (B) inconstitucional, pois compete privativamente aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local.
- (C) constitucional, desde que o referido diploma normativo esteja em harmonia com as normas gerais editadas pela União.
- (D) constitucional, pois a União, os Estados e o Distrito Federal possuem competência legislativa concorrente em matéria de consumo.
- (E) constitucional, desde que o referido diploma normativo não colida normas federais ou municipais, já que a competência do Estado é residual.

29

Em razão da drástica redução do poder de compra dos servidores públicos do Município Alfa, o sindicato da categoria apresentou, no início deste ano, uma pauta de reivindicações ao Prefeito Municipal com o objetivo de preservar os atrativos da carreira. Por tal razão, foi solicitado que o Prefeito Municipal apresentasse os projetos de lei necessários visando à: (a) criação de um regime próprio de previdência social; (b) instituição de um tempo ficto de contribuição diretamente proporcional aos períodos em que os servidores acumularem funções; e (c) isenção dos inativos do recolhimento da contribuição previdenciária.

Embora desejasse atender aos servidores, o Prefeito Municipal solicitou que sua assessoria analisasse a compatibilidade das três propostas com a ordem constitucional, sendo-lhe corretamente informado que

- (A) apenas as propostas 2 e 3 são inconstitucionais.
- (B) todas as propostas são inconstitucionais.
- (C) apenas a proposta 2 é inconstitucional.
- (D) apenas a proposta 1 é inconstitucional.
- (E) todas as propostas são constitucionais.

30

O Prefeito Municipal de Alfa, da região norte do país, foi informado por sua assessoria a respeito da necessidade de apresentar contas de gestão em razão de sua atuação como ordenador de despesa no exercício financeiro que findara.

Ao solicitar que sua assessoria informasse qual órgão deveria julgar suas contas, foi-lhe corretamente esclarecido que esse órgão é

- (A) o Tribunal de Contas do Estado.
- (B) o Tribunal de Contas do Município.
- (C) a Câmara Municipal de Alfa ou o Tribunal de Contas do Estado, conforme dispuser a respectiva lei orgânica municipal.
- (D) a Câmara Municipal de Alfa, que deve analisar parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, que só não prevalecerá por decisão de dois terços dos membros do Legislativo.
- (E) a Câmara Municipal de Alfa, que deve analisar parecer prévio do Tribunal de Contas do Município, que só não prevalecerá por decisão de três quintos dos membros do Legislativo.

31

Em determinada demanda, o Tribunal Superior do Trabalho proferiu decisão desfavorável ao empregador, que figurava como demandado, condenando-o ao pagamento de nove salários mínimos. Irrresignado com o teor dessa decisão, o empregador interpôs recurso extraordinário, de modo que a causa fosse levada ao conhecimento do Supremo Tribunal Federal. Ato contínuo, foi intimado a promover o recolhimento do depósito recursal para que o recurso pudesse ser admitido.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o referido depósito recursal

- (A) deve ser exigido, desde que previsto em lei.
- (B) não pode ser exigido, pois é incompatível com a ordem constitucional.
- (C) somente pode ser exigido se for observada a isonomia entre empregador e empregado.
- (D) somente pode ser exigido até o limite expressamente previsto na ordem constitucional.
- (E) é faculdade do juízo *a quo* exigi-lo, ou não, conforme a situação econômica do recorrente.

32

Em razão de uma série de irregularidades alegadamente existentes no âmbito de certa vara federal, o Corregedor Nacional de Justiça, considerando a verossimilhança da narrativa e dos elementos probatórios apresentados, determinou que fosse realizada uma correição no referido órgão.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o Corregedor Nacional de Justiça

- (A) tem competência para realizar o referido ato e pode delegá-lo a um juiz estadual.
- (B) tem competência para realizar o referido ato, devendo conduzi-lo pessoalmente.
- (C) não tem competência para realizar o referido ato, salvo se o titular do órgão se negar a fornecer as informações solicitadas.
- (D) não tem competência para determinar a realização do referido ato, pois somente o Conselho Nacional de Justiça, por sua composição plenária, pode fazê-lo.
- (E) tem competência para realizar o referido ato e, caso deseje delegá-lo, somente pode fazê-lo a agente do mesmo ramo do órgão em que será realizada a correição.

33

A sociedade empresária Alfa recebeu a visita, em sua sede, de dois fiscais do trabalho. Em razão das irregularidades alegadamente existentes, foi-lhe imposta a sanção de multa.

Convicta de que não praticara qualquer ilícito administrativo, a sociedade empresária Alfa procurou o seu advogado e solicitou que fosse ajuizada, perante o juízo competente, a ação cabível para a anulação da penalidade.

À luz da narrativa, é correto afirmar que o juízo referido integra

- (A) a Justiça Comum Federal.
- (B) a Justiça Comum Estadual.
- (C) em qualquer caso, a Justiça do Trabalho.
- (D) a Justiça do Trabalho, mas apenas se as irregularidades detectadas estiverem associadas a algum contrato de trabalho.
- (E) a Justiça do Trabalho, mas apenas se a fiscalização tiver invocado precedentes da Justiça do Trabalho para subsidiar a lavratura do auto de infração.

34

Daniel, servidor público estável ocupante do cargo de Analista Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da Yª Região, foi aprovado em concurso público para o cargo de Auditor Federal.

Ocorre que Daniel não foi habilitado no estágio probatório relativo ao cargo de Auditor, de maneira que ocorreu seu retorno ao cargo de Analista Judiciário do TRT anteriormente ocupado, por meio da forma de provimento derivada prevista na Lei nº 8.112/90 chamada

- (A) reintegração.
- (B) aproveitamento.
- (C) recondução.
- (D) readaptação.
- (E) redistribuição.

35

Ronaldo e Roberto, ambos ocupantes do cargo de Analista Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da Yª Região, são casados. Ronaldo é o servidor competente que conduz determinado processo administrativo, em cujo curso foi arrolado Roberto, na qualidade de testemunha. Ao tomar conhecimento do arrolamento de Roberto como testemunha, à luz da Lei nº 9.784/99, o servidor Ronaldo deverá

- (A) comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar no feito, em razão de seu impedimento, sob pena de cometer falta grave disciplinar.
- (B) dar regular prosseguimento ao processo administrativo, eis que não se aplicam as hipóteses de impedimento e suspeição, pois Ronaldo também é servidor público efetivo.
- (C) proceder à delegação de sua competência para conduzir o processo em favor de autoridade hierarquicamente superior, sob pena de nulidade do feito e falta disciplinar leve.
- (D) comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar no feito, em razão de sua suspeição, sob pena de cometer falta disciplinar leve.
- (E) prosseguir atuando no feito, haja vista que não se aplicam as hipóteses de impedimento e suspeição, que são exclusivas dos processos judiciais.

36

A Lei de Improbidade Administrativa estabelece que a posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.

Nesse contexto, de acordo com a atual redação da Lei nº 8.429/92, a citada declaração de bens

- (A) não será, em regra, atualizada periodicamente, salvo determinação discricionária da autoridade competente.
- (B) não será, em regra, atualizada periodicamente, salvo se o agente público vier a responder a processo administrativo disciplinar.
- (C) será atualizada a cada cinco anos e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, do cargo, do emprego ou da função.
- (D) será atualizada anualmente, sem necessidade de atualização na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, do cargo, do emprego ou da função.
- (E) será atualizada anualmente e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, do cargo, do emprego ou da função.

37

O açougue Alfa praticou infração administrativa por violação a normas de defesa do consumidor e vigilância sanitária, em razão de a exposição à venda de produtos impróprios ao consumo. Agentes da vigilância sanitária realizaram inspeção no local e o PROCON, mediante regular processo administrativo, aplicou licitamente a sanção administrativa de multa prevista em lei à sociedade empresária do açougue Alfa.

No caso em tela, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a aplicação da multa decorre do poder da administração pública denominado poder

- (A) hierárquico.
- (B) disciplinar.
- (C) de polícia.
- (D) de saúde pública.
- (E) de defesa do consumidor.

38

Os Conselhos Profissionais são criados por lei, possuem personalidade jurídica de direito público, exercem uma atividade tipicamente pública, qual seja, a fiscalização do exercício profissional, bem como são dotados de poder de polícia e poder arrecadador.

Nesse contexto, em tema de regime jurídico desses conselhos de fiscalização profissionais, que têm natureza jurídica de autarquias especiais, de acordo com o Supremo Tribunal Federal é correto afirmar que

- (A) não se submetem a controle pelo Tribunal de Contas.
- (B) não se aplica a obrigatoriedade de concurso público para ingresso de pessoal.
- (C) não se aplica o teto constitucional de remuneração dos servidores e não têm autonomia financeira e orçamentária.
- (D) não se aplica o regime dos precatórios para pagamentos de dívidas decorrentes de decisão judicial.
- (E) integram a administração pública direta e se submetem ao controle pelo tribunal de contas.

39

Fernando, servidor público estável ocupante do cargo de Analista Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da Yª Região, atualmente exerce o cargo de Diretor do Departamento de Licitação do TRT. Sua melhor assessora, Antônia, servidora ocupante de cargo exclusivamente em comissão, completará 75 anos de idade no próximo mês. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, Antônia

- (A) não será obrigada a se aposentar ao completar 75 anos, pois os servidores ocupantes de cargo exclusivamente em comissão não se submetem à regra da aposentadoria compulsória prevista no texto constitucional, que atinge apenas os ocupantes de cargo de provimento efetivo.
- (B) será aposentada compulsoriamente ao completar 75 anos, pois todos os servidores públicos, incluídos os ocupantes de cargos efetivos e cargos exclusivamente em comissão, se submetem à regra da aposentadoria compulsória prevista no texto constitucional, exceto os servidores contratados temporariamente.
- (C) será aposentada compulsoriamente ao completar 75 anos, pois todos os servidores públicos, incluídos os ocupantes de cargos efetivos, de cargos exclusivamente em comissão e temporários, se submetem à regra da aposentadoria compulsória prevista no texto constitucional.
- (D) não será obrigada a se aposentar ao completar 75 anos, pois, apesar de em regra se aplicar aos servidores ocupantes de cargo exclusivamente em comissão a obrigatoriedade de aposentadoria compulsória prevista no texto constitucional, excepcionalmente, por necessidade do serviço, o presidente do TRT pode autorizar o prosseguimento do vínculo funcional.
- (E) não será obrigada a se aposentar ao completar 75 anos, pois, apesar de em regra se aplicar aos servidores ocupantes de cargo exclusivamente em comissão a obrigatoriedade de aposentadoria compulsória prevista no texto constitucional, excepcionalmente, por necessidade do serviço, o Tribunal de Contas da União pode autorizar o prosseguimento do vínculo funcional.

40

O Tribunal Regional do Trabalho da Yª Região pretende proceder à contratação de serviços técnicos especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, de natureza predominantemente intelectual com empresa de notória especialização. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, observadas as formalidades legais, a contratação

- (A) deve necessariamente ser precedida de licitação, na modalidade diálogo competitivo.
- (B) deve necessariamente ser precedida de licitação, na modalidade pregão ou concorrência, de acordo com o valor da contratação.
- (C) deve necessariamente ser precedida de licitação, em qualquer modalidade compatível com o valor da contratação.
- (D) pode ser objeto de dispensa de licitação, por expressa autorização legal.
- (E) pode ser objeto de inexigibilidade de licitação, por expressa autorização legal.

41

Carlos, Analista Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da Yª Região, requereu sua aposentadoria, por entender que preencheu os requisitos legais para tal.

Em matéria de controle da Administração Pública e com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal, o ato de concessão inicial de aposentadoria de Carlos deve ter sua legalidade apreciada pelo(a)

- (A) Tribunal Superior do Trabalho, órgão do Poder Judiciário, sem necessidade de prévios contraditório e ampla defesa, sendo certo que, em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, o TST está sujeito ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria de Carlos, a contar da chegada do processo ao Tribunal.
- (B) Tribunal Superior do Trabalho, órgão do Poder Judiciário, com necessidade de prévios contraditório e ampla defesa, sendo certo que, em atenção aos princípios da supremacia do interesse público e pela natureza de prestação continuada dos proventos de aposentadoria, o TST não está sujeito a qualquer prazo o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria de Carlos.
- (C) Controladoria Geral da União, órgão auxiliar do Poder Judiciário, com necessidade de prévios contraditório e ampla defesa, sendo certo que, em atenção aos princípios da supremacia do interesse público e pela natureza de prestação continuada dos proventos de aposentadoria, a CGU não está sujeita a qualquer prazo o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria de Carlos.
- (D) Tribunal de Contas da União, órgão auxiliar do Poder Legislativo, sem necessidade de prévios contraditório e ampla defesa, sendo certo que, em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, o TCU está sujeito ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria de Carlos, a contar da chegada do processo à Corte de Contas.
- (E) Tribunal de Contas da União, órgão auxiliar do Poder Legislativo, com necessidade de prévios contraditório e ampla defesa, sendo certo que, em atenção aos princípios da supremacia do interesse público e pela natureza de prestação continuada dos proventos de aposentadoria, o TCU não está sujeito a qualquer prazo o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria de Carlos.

42

Uma determinada Clínica de Estética utilizou o apelido de uma famosa influenciadora digital em sua publicidade, sem autorização prévia. No conteúdo publicitário, constava a influenciadora como uma das principais clientes do estabelecimento.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) No ordenamento jurídico brasileiro, apenas o nome goza de proteção, mas não o pseudônimo.
- (B) O uso do apelido, sem autorização prévia, é válido, desde que atenda ao princípio da veracidade.
- (C) A Clínica de Estética não deve ressarcir por qualquer dano, visto que se encontrava no exercício do seu direito de informar.
- (D) Sem autorização, não se pode usar o nome de uma pessoa em propaganda comercial, sendo que a proteção alcança também o pseudônimo.
- (E) Na situação narrada, não há dano pelo uso do apelido, pois a influenciadora digital é uma personalidade pública, não gozando de tutela jurídica.

43

Cristina, empregada de uma empresa prestadora de serviço, dispara, dentro da sede da empresa, durante a jornada de trabalho, três projéteis de arma de fogo em seu chefe imediato, que o levaram ao óbito. A razão do homicídio foi a contrariedade em razão de uma ordem lícita proferida pela chefia. Após a condenação transitada em julgado de Cristina, por homicídio doloso e qualificado, os filhos da vítima, todos absolutamente incapazes, representados pela genitora, promoveram ação de perdas e danos em face da empresa que, em sede de contestação, alegou a ausência de culpa e inevitabilidade do evento.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) A contestação da empresa deve ser admitida pelo juízo, visto que o ato ilícito exige a comprovação de dolo ou culpa pelo responsável civil, o que inexistente no caso concreto.
- (B) A responsabilidade civil da empresa por ato de sua empregada, Cristina, é objetiva, não cabendo aos autores da ação civil demonstrar o dolo ou culpa da empresa ré.
- (C) Caso a empresa venha a ser condenada civilmente, o direito de regresso é inadmissível por ausência de previsão legal.
- (D) O ato doloso praticado pela causadora do dano exclui a responsabilidade civil da empresa, que só existiria em caso de culpa.
- (E) A ação é incabível, pois a causadora do dano foi Cristina, única responsável civilmente pelo dano causado.

44

Doralice adquiriu um apartamento de Tereza no trimestre passado. A aquisição ocorreu devido à intervenção direta de Sérgio, amigo de Doralice e namorado de Tereza, pois garantiu para a compradora, por meio de documentos e imagens falsas, que a região era agradável e muito tranquila e que o bem estava em excelente estado de conservação. Doralice tem alguns transtornos psiquiátricos e necessita de um lugar calmo para viver. Contudo, após a imissão da posse, a compradora verificou que a região era muito barulhenta, devido à existência de um bar que realiza shows de terça-feira a domingo, tornando impossível um sono tranquilo. Vizinhos informaram que tais shows já ocorrem desde 2021, sendo que já fizeram várias reclamações, mas nada foi feito. Ao contrário, o problema só aumenta. O porteiro informou que Tereza estava tentando vender o apartamento fazia muito tempo, contudo, ninguém queria comprar devido ao barulho. Ademais, Doralice verificou que há diversas infiltrações no bem, camufladas por Sérgio.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) O dolo de terceiro não gera anulabilidade do negócio, mas, apenas, responsabilidade civil por dano material.
- (B) Na situação narrada, devido a gravidade da situação e das condições subjetivas da vendedora, haverá a nulidade absoluta da venda.
- (C) A venda é válida, pois as infiltrações e o barulho são percalços normais e previsíveis do cotidiano, não gerando a invalidade do negócio jurídico.
- (D) O negócio jurídico celebrado entre Doralice e Tereza só seria anulável, se comprovado o dolo comissivo da vendedora.
- (E) Na situação narrada, o ato foi praticado por terceiro, portanto, para que haja a anulabilidade do negócio jurídico, é imprescindível que Tereza, a favorecida, tivesse ou devesse ter conhecimento do dolo de Sérgio.

45

Prudêncio impetrou mandado de segurança contra ato praticado por autoridade pública municipal em virtude de violação de direito líquido e certo, tendo sido concedida a segurança em sentença proferida pelo juízo da Comarca de Nova Iguaçu, RJ.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) A autoridade pública municipal poderá interpor recurso ordinário no prazo de quinze dias úteis com o intuito de pleitear a anulação da decisão judicial.
- (B) Na situação narrada, não caberá recurso, pois o recurso ordinário só é admissível para a decisão denegatória.
- (C) Como foi concedida a segurança, a sentença do juízo da Comarca de Nova Iguaçu está sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.
- (D) O direito ao recurso na situação narrada não é extensível à autoridade coatora, porque somente a Pessoa Jurídica de Direito Público tem legitimidade.
- (E) Na situação narrada, primeiro deverá ser interposto embargos de declaração. Caso a decisão seja mantida, deverá ser interposto agravo de instrumento ao Tribunal local.

46

Uma clínica de estudos urbanísticos, pessoa jurídica de direito privado, vinculada a uma universidade, pretende ingressar em juízo numa ação civil pública na qual o Ministério Público pleiteia o embargo da construção de um prédio residencial num bairro de João Pessoa, PB.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) Como a sentença da ação civil pública pode influenciar diretamente seu objeto social, a clínica deverá pleitear seu ingresso na qualidade de assistente litisconsorcial.
- (B) Considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, a Clínica poderá requerer o ingresso na demanda na qualidade de *amicus curiae*.
- (C) Caso demonstre a importância social da demanda, a clínica poderá ingressar no processo judicial por meio do chamamento ao processo.
- (D) A intervenção da clínica na demanda só será admitida se a competência originária para o julgamento da ação civil pública for do Supremo Tribunal Federal.
- (E) Na hipótese de interesse na causa, a Clínica deverá requerer seu ingresso no feito na qualidade de assistente simples.

47

Décio, viúvo, domiciliado no município de Guarabira, PB, faleceu na última segunda-feira em Alagoa Grande, PB, deixando um filho capaz, domiciliado em João Pessoa, PB, e um filho absolutamente incapaz, cuja guarda pertence à avó materna, domiciliada em Campina Grande, PB. O único bem deixado por Décio era a casa de sua moradia.

Desejando o herdeiro capaz ajuizar a ação de inventário, o juízo competente será

- (A) João Pessoa, PB, foro do domicílio do autor da ação de inventário.
- (B) Guarabira, PB, foro da situação do único bem imóvel a inventariar.
- (C) Campina Grande, PB, foro do domicílio do herdeiro absolutamente incapaz.
- (D) Alagoa Grande, PB, foro do local do óbito.
- (E) Guarabira, PB, foro do domicílio do autor da herança.

48

Nelson é empregado numa pousada para turistas no litoral sul da Paraíba, local conhecido por suas belas praias. Nelson sofreu um acidente do trabalho típico em março de 2022, afastou-se do trabalho por 90 dias em benefício previdenciário acidentário, e retornou ao emprego em julho de 2022. Contudo, o empregador de Nelson começou a desconfiar de algumas de suas condutas, ao mesmo tempo em que notou o desaparecimento de vários produtos da pousada. Então, o titular da empresa acessou as câmeras de segurança e, para sua surpresa, viu as gravações de Nelson furtando toalhas, lençóis, pratos e talheres, além de acessar indevidamente a caixa registradora da pousada e retirar R\$ 150,00 para si. Indignado, o proprietário decidiu terminar o contrato com Nelson.

Diante dos fatos narrados e da CLT, assinale a afirmativa correta.

- (A) Uma vez que Nelson está em período estável, a dispensa somente poderá ocorrer sem justa causa.
- (B) É possível a dispensa por justa causa, mas a empresa deverá instaurar previamente inquérito judicial para apurar a falta grave.
- (C) Estando o empregado no período de garantia no emprego, a empresa não poderá romper o contrato de Nelson por 12 meses a partir do retorno.
- (D) Apesar da atitude de Nelson ser reprovável, o valor dos produtos furtados não é expressivo, daí não há tipificação para a justa causa.
- (E) A falta grave está caracterizada e Nelson poderá ser dispensado imediatamente por justa causa.

49

Cassandra foi contratada pela sociedade empresária Alfa Beta Ltda., localizada no Município de Bayeux/PB. No contrato escrito assinado por Cassandra ficou acertado o cumprimento da jornada de 2ª a 6ª feira, das 10h às 21h, com intervalo de 3 horas para refeição e, aos sábados, das 8h às 12h.

Considerando a pausa alimentar contratada e os termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

- (A) É inválido o intervalo, pois somente por acordo coletivo de trabalho se poderia fixar uma pausa alimentar superior a 2 horas.
- (B) É válido o acordo escrito individual estipulando intervalo para refeição superior a 2 horas.
- (C) Somente por convenção coletiva de trabalho se poderia fixar uma pausa alimentar superior a 2 horas, daí porque é inválido o acerto individual feito com Cassandra.
- (D) A estipulação de intervalo intrajornada superior a 2 horas depende de autorização da Justiça do Trabalho.
- (E) Se houver autorização prévia do Ministério do Trabalho e Previdência é possível fixar intervalo para refeição superior a 2 horas.

50

Os primos Ruy e Antenor foram contratados em 5 de setembro de 2022 pela sociedade empresária Riacho Calmo S.A., localizada no Município de Baraúna/PB, e encaminhados ao setor de Recursos Humanos da empresa. Ambos possuem CTPS digital, sendo que a carteira de Ruy foi assinada pelo novo empregador no 5º dia útil após a admissão e a de Antenor, no 7º dia útil após o seu ingresso na empresa.

Considerando a situação apresentada e os termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

- (A) As CTPS's foram assinadas no prazo legal de 10 dias úteis, daí porque não existe qualquer irregularidade administrativa.
- (B) Não existe na Lei prazo específico para a assinatura da CTPS, havendo recomendação para que não ultrapasse os primeiros 30 dias do contrato, sob pena de multa.
- (C) A CTPS de Ruy foi assinada no prazo legal, mas a de Antenor não, gerando multa administrativa para a empresa de R\$ 3.000,00 por ser sociedade anônima.
- (D) Com o advento da CTPS digital, o empregador ficou desonerado de prazo para assinatura porque agora isso deve ser feito pelo próprio empregado, com validação posterior da empresa.
- (E) Uma vez que o prazo para assinatura das carteiras é de 48 horas, a empresa descumpriu a norma para ambos os empregados e receberá duas multas de R\$ 800,00 cada.

51

Eduarda ajuizou reclamação trabalhista contra o seu empregador, que foi distribuída para a 5ª Vara do Trabalho de Itaporanga/PB. A juíza titular designou audiência telepresencial. No dia e hora marcados, Eduarda compareceu com seu advogado, a empresa restou ausente, mas o advogado da reclamada estava presente, informando que no dia anterior havia protocolizado pelo Processo Judicial Eletrônico (PJe) sua defesa com documentos. O advogado de Eduarda requereu a aplicação da revelia e confissão, bem como a exclusão imediata da defesa e documentos apresentados.

Considerando a situação e os termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

- (A) Deverão ser aceitos a contestação e os documentos apresentados.
- (B) Por se tratar de audiência telepresencial, não poderá haver qualquer punição.
- (C) Defesa e documentos juntados deverão obrigatoriamente ser excluídos.
- (D) O juiz deverá analisar o caso concreto e decidir se a defesa e documentos devem ou não permanecer nos autos.
- (E) Os documentos poderão permanecer nos autos, mas a defesa deve ser excluída.

52

Das opções a seguir, assinale aquela em que a CLT, expressamente, prevê que o juiz possa conhecer e declarar de ofício de um instituto, ou seja, independentemente de requerimento da parte interessada.

- (A) Prescrição total.
- (B) Prescrição intercorrente.
- (C) Prescrição parcial.
- (D) Prescrição por ato único do empregador.
- (E) Prescrição interruptiva.

53

Cláudio e o seu ex-empregador chegaram a bom termo num acordo extrajudicial para romper o contrato de trabalho de Cláudio e indenizá-lo em R\$ 18.000,00 pelos anos de serviços prestados na empresa. Então, com cada parte assistida por seu próprio advogado, elaboraram uma minuta conjunta para homologação do acordo extrajudicial, que foi distribuída para a 10ª Vara do Trabalho, de Sousa/PB. O juiz designou audiência e, após interrogar o trabalhador, indeferiu a homologação desejada pelas partes porque concluiu que Cláudio seria prejudicado com o acordo, pois o valor foi reputado baixo pelo magistrado. Assim, o juiz extinguiu o processo na própria audiência.

Diante desta situação, assinale a afirmativa correta.

- (A) Nada pode ser feito porque o juiz não tem obrigação de homologar o acordo pretendido pelas partes.
- (B) As partes, em consenso, podem interpor recurso de agravo de petição para que o acordo seja homologado.
- (C) Desta decisão judicial, que tem a natureza jurídica de sentença, caberá recurso ordinário para o TRT da 13ª Região.
- (D) Qualquer das partes pode impetrar mandado de segurança para assegurar o direito líquido e certo de ter o acordo homologado judicialmente.
- (E) Se as partes apresentam um acordo que não é homologado, a ação será automaticamente convolada em reclamação trabalhista e prosseguir na forma da CLT.

54

Analise as seguintes afirmativas sobre o registro do empresário.

- I. O registro de empresário deve ser feito, antes do início de sua atividade, na Delegacia local do Departamento de Registro Empresarial e Integração.
- II. Ao empresário registrado é dispensável a inscrição de filial, sucursal ou agência situada em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis.
- III. Caso venha a admitir sócio(s), o empresário poderá solicitar ao Registro Público de Empresas Mercantis a transformação de seu registro de empresário para o de sociedade empresária, independentemente de dissolução da empresa.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

55

Antenor e Remígio, juntamente com o sócio Lucena, são sócios da sociedade Coremas Eventos e Receptivo Ltda. Os dois primeiros são titulares, em conjunto, de 59% (cinquenta e nove por cento) do capital social e 55% (cinquenta e cinco por cento) do total de quotas. Diante de fatos graves que são imputados ao sócio Lucena, os sócios Antenor e Remígio cogitam promover a resolução da sociedade em relação ao primeiro por meio de sua exclusão.

Considerados esses dados e as disposições legais sobre a sociedade do tipo limitada, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ao contrário da exclusão de sócio majoritário, que deve ser realizada por via judicial em ação de dissolução parcial, a exclusão de sócio minoritário pode ser efetivada por via extrajudicial ou judicial.
- (B) A exclusão extrajudicial de sócio minoritário pode ser realizada independentemente da previsão contratual de justa causa, desde que haja provas contundentes que o excluído está pondo em risco a continuidade da sociedade.
- (C) A exclusão de sócio minoritário deve ser feita exclusivamente por via extrajudicial, vedada a propositura de ação de dissolução parcial, via exclusiva para a exclusão de sócio majoritário.
- (D) Qualquer que seja o número de sócios, a fim de garantir o contraditório e a ampla defesa, a exclusão somente poderá ser determinada em reunião especial, ciente o sócio em tempo hábil para comparecer e exercer seu direito de defesa.
- (E) A exclusão extrajudicial de sócio minoritário exige que a matéria seja deliberada em reunião especial, sendo aprovada caso obtenha a maioria, representativa de mais da metade do total de quotas em que se divide o capital social.

56

Após a decretação da falência da sociedade Parari Oficina de Refrigeração Ltda., o administrador judicial Sr. Joca Claudino tomou conhecimento, por informação do administrador da sociedade falida, da existência de ações trabalhistas já propostas antes da decretação da falência.

Considerando-se as normas de fixação de competência dos juízos trabalhista e falimentar quanto ao julgamento de créditos trabalhistas, é correto afirmar que

- (A) é proibido ao credor trabalhista pleitear perante o administrador judicial a modificação de créditos derivados da relação de trabalho, pois se trata de competência exclusiva do juiz da falência.
- (B) as ações de natureza trabalhista serão processadas perante a justiça do trabalho até a apuração do respectivo crédito, que será inscrito no quadro de credores pelo valor determinado em sentença.
- (C) as ações de natureza trabalhista devem ser extintas na justiça do trabalho, com deslocamento da competência para o juízo universal da falência, resguardado ao credor trabalhista o pedido de reserva ao juiz da falência.
- (D) é permitido ao credor trabalhista pleitear perante o administrador judicial a habilitação de seu crédito no processo de falência, sendo contudo da competência do juiz do trabalho deferir ou não sua habilitação.
- (E) as ações de natureza trabalhista e as impugnações à relação de credores elaborada pelo administrador judicial serão processadas e julgadas perante o juízo falimentar sempre que tiverem por objeto créditos trabalhistas.

57

No dia 11 de agosto de 2022 foi deferido o processamento da recuperação judicial do empresário individual Pedro Caldas, tendo a decisão sido publicada junto com a relação de credores no dia 22 de agosto. Em 30 de setembro do mesmo ano, Tenório Gurjão, ex-empregado de Pedro Caldas, cujo crédito trabalhista já tinha sido reconhecido pela justiça do trabalho, mas ainda não pago pelo ex-empregador, tomou conhecimento de que seu crédito não foi incluído na relação de credores publicada.

Considerando essas informações, com base na legislação falimentar, é correto afirmar que Tenório Gurjão

- (A) não poderá habilitar seu crédito tendo em vista o decurso do prazo para habilitação, mas poderá pleitear na justiça do trabalho, observado o procedimento comum, a retificação do quadro-geral para inclusão do crédito.
- (B) não poderá habilitar seu crédito no processo de recuperação judicial, tendo em vista o decurso do prazo para habilitação; a execução do crédito se dará perante a justiça do trabalho.
- (C) poderá habilitar retardatariamente seu crédito, mas perderá o direito a rateios já realizados e ficará sujeitos ao pagamento de custas, não se computando os acessórios entre o término do prazo e a data do pedido de habilitação.
- (D) poderá habilitar retardatariamente seu crédito no processo recuperacional, porém ficará impedido de votar nas deliberações da assembleia-geral de credores até o julgamento da habilitação.
- (E) poderá habilitar retardatariamente seu crédito no processo recuperacional e não ficará impedido de exercer seu direito a voto nas deliberações da assembleia-geral de credores.

58

Paulo, empregado da empresa XYZ Mineradora Ltda., recebeu no mês de junho de 2022, além de seu salário-base (importância fixa), as seguintes verbas em seu contracheque: 1) adicional de 1/3 de férias gozadas; 2) gratificação de produtividade; 3) diárias destinadas exclusivamente ao pagamento de despesas de alimentação e pousada, por serviço eventual realizado em Município diferente ao da sede de trabalho; 4) salário-família.

Diante desse cenário, o Imposto sobre a Renda de Pessoa Física incidirá

- (A) sobre o adicional de 1/3 de férias gozadas e sobre a gratificação de produtividade.
- (B) sobre o adicional de 1/3 de férias gozadas e sobre as diárias destinadas exclusivamente ao pagamento de despesas de alimentação e pousada, por serviço eventual realizado em Município diferente ao da sede de trabalho.
- (C) sobre as diárias destinadas exclusivamente ao pagamento de despesas de alimentação e pousada, por serviço eventual realizado em Município diferente ao da sede de trabalho e sobre a gratificação de produtividade.
- (D) sobre o adicional de 1/3 de férias gozadas e sobre o salário-família.
- (E) sobre as diárias destinadas exclusivamente ao pagamento de despesas de alimentação e pousada, por serviço eventual realizado em Município diferente ao da sede de trabalho e sobre o salário-família.

59

O chamado salário-de-contribuição constitui a base de cálculo tributária para a contribuição previdenciária devida pelo trabalhador. Diante disso, à luz do Art. 28 da Lei 8.212/1991, assinale a opção que apresenta valores que integram o salário-de-contribuição para fins de incidência desta contribuição de seguridade social.

- (A) Diárias para viagens.
- (B) Gratificação natalina.
- (C) Parcela recebida a título de vale-transporte.
- (D) Ajuda de custo, em parcela única, recebida exclusivamente em decorrência de mudança de local de trabalho do empregado.
- (E) Abono do PIS/PASEP.

60

José, membro integrante da entidade religiosa XYZ, é ministro de confissão religiosa nessa entidade e dela recebe uma prebenda (auxílio para a subsistência do ministro), no valor de R\$ 7.000,00, para seu sustento e de sua família.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não incide Imposto sobre a Renda da Pessoa Física Retido na Fonte sobre tais valores pagos a José, em razão da imunidade tributária religiosa que abarca o Imposto sobre a Renda.
- (B) José, por ser ministro de confissão religiosa, goza de isenção tributária sobre tais valores recebidos em razão do exercício do ministério religioso.
- (C) A entidade religiosa XYZ, por previsão legal, não está obrigada a recolher a contribuição patronal, destinada à Seguridade Social, sobre tais valores pagos a José.
- (D) A alíquota de contribuição previdenciária de José será de quinze por cento sobre o respectivo salário-de-contribuição.
- (E) José é considerado contribuinte da contribuição previdenciária na condição de segurado facultativo da previdência social.

61

Até o advento da Reforma Trabalhista da Lei nº 13.467/2017, em nosso país, havia certas contribuições sindicais que apresentavam natureza tributária, mas que eram cobradas judicialmente, em caso de não recolhimento, pelas próprias entidades sindicais.

Acerca dessa função que era cumprida pelas entidades sindicais e de sua relação com o fenômeno da competência tributária, assinale a afirmativa correta.

- (A) a competência tributária é delegável, desde que a delegação seja conferida pelo ente competente para instituir um tributo a outra pessoa jurídica de direito público ou a pessoa jurídica privada que tutela interesses socialmente relevantes.
- (B) o ente competente para instituir um tributo pode atribuir a função de arrecadar tributos a outra pessoa jurídica, mas não a função de fiscalização de tributos.
- (C) o ente competente para instituir um tributo não pode revogar unilateralmente a atribuição de arrecadar tributos que conferiu a outra pessoa jurídica.
- (D) o ente competente para instituir um tributo pode revogar a atribuição de arrecadar tributos que conferiu a outra pessoa jurídica, desde que aguardado o primeiro dia do exercício financeiro seguinte.
- (E) não constitui delegação de competência tributária o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

62

Determinada categoria profissional não tem sindicato. Existe uma associação criada por profissionais desta categoria para a defesa de interesses comuns. Jeferson se desliga dessa associação e cria uma nova associação que objetiva reunir profissionais da referida categoria. Em seguida, passa a enviar correspondência para os associados da primeira entidade sugerindo que abandonem a mesma e ingressem naquela que ele (Jeferson) criou.

A conduta de Jeferson

- (A) é atípica.
- (B) configura crime de frustração de direito assegurado por lei trabalhista.
- (C) configura crime de aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional.
- (D) configura crime de atentado contra a liberdade de trabalho.
- (E) configura crime de atentado contra a liberdade de associação.

63

Tibério resolve adulterar sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, de modo a averbar que teria iniciado a trabalhar um ano antes no seu primeiro vínculo empregatício, com vistas a antecipar sua aposentadoria, quando for o caso.

A conduta de Tibério é considerada

- (A) crime de falsificação de documento particular.
- (B) crime de falsificação de documento público.
- (C) atípica porque ainda não pleiteou a aposentadoria junto ao INSS.
- (D) crime de falsidade ideológica, prevista no artigo 299 do Código Penal.
- (E) crime de uso de documento falso.

64

Dr. Tíndaro é médico e tem o sonho de adquirir um carro importado zero quilômetro. Ante sua dificuldade em materializar rapidamente seu sonho de consumo, resolve, em alguns casos, expedir atestados médicos para os pacientes que o procuram para inevitavelmente abonar falta ao serviço, mediante uma taxa de R\$50,00 por atestado falso expedido. O esquema do Dr. Tíndaro foi descoberto antes da obtenção do numerário total para a aquisição do veículo.

Em relação à conduta do Dr. Tíndaro, é correto afirmar que

- (A) é atípica porque não conseguiu obter todo o dinheiro que planejava auferir com a conduta.
- (B) configura crime de falsidade de atestado médico, apenas com pena de reclusão.
- (C) configura crime de falsidade de atestado médico, apenas com pena de detenção.
- (D) configura crime de falsidade de atestado médico com pena de detenção e multa.
- (E) configura crime de falsidade de atestado médico com pena de reclusão e multa.

65

Jonathan, sujeito violento, proprietário de uma pizzaria de relativo sucesso na rua de maior sucesso em João Pessoa, fica revoltado com a inauguração de outra pizzaria na mesma rua. Sua revolta aumenta quando diversos artistas começam a frequentar o estabelecimento concorrente. Não se contendo, atravessa a rua, procura o proprietário do estabelecimento, Matheus, e o constrange determinando que feche seu estabelecimento em alguns dias sob a ameaça de quebrar o imóvel e machucar os clientes que estiverem ali presentes, o que deixa Matheus muito preocupado e amedrontado.

Em relação à conduta de Jonathan, é correto afirmar que

- (A) é atípica, porque apenas proferiu palavras.
- (B) configura crime de frustração de direito assegurado por lei trabalhista.
- (C) configura crime de atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta.
- (D) configura crime de atentado contra a liberdade de trabalho.
- (E) é atípica, porque só configuraria crime se o estabelecimento fosse efetivamente fechado.

66

O Código de Processo Civil dispõe que a execução por quantia certa realiza-se pela expropriação de bens do executado, ressalvadas as execuções especiais. De acordo com o CPC, em matéria de citação do devedor, se o oficial de justiça não encontrar o executado,

- (A) procurar-lhe-á 3 (três) vezes em dias distintos e, após, procederá ao arresto de bens na forma indicada pelo juízo.
- (B) arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução.
- (C) requererá ao juízo autorização para proceder à citação por hora, no prazo de 15 (quinze) dias da diligência.
- (D) procederá à penhora de bens do executado, no prazo de 30 (trinta) dias.
- (E) requererá ao juízo a citação por edital, o no prazo de 30 (trinta) dias, observadas as formalidades legais.

67

João, Oficial de Justiça do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, de forma livre e consciente, no exercício da função, permitiu e facilitou, mediante o fornecimento de sua senha pessoal e intransferível ao sistema de processo eletrônico do TRT, o acesso de José, pessoa não autorizada, a tal sistema de informações do Tribunal, para viabilizar a José o contato com funcionalidades restritas a servidores daquele órgão do Poder Judiciário.

Agindo dessa forma, não sendo caso de crime mais grave, em tese, de acordo com o Código Penal, João cometeu crime de

- (A) prevaricação, punível com pena de detenção, de dois a quatro anos, e multa.
- (B) corrupção ativa, punível com pena de detenção, de dois a quatro anos, e multa.
- (C) falsa declaração, punível com pena de detenção, de um a dois anos, e multa.
- (D) violação de sistema, punível com pena de detenção, de um a dois anos, e multa.
- (E) violação de sigilo funcional, punível com pena de detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.

68

Entre os princípios da administração pública aplicáveis aos Oficiais de Justiça está aquele acrescentado pela Emenda Constitucional nº 19/98, que consolida o movimento por uma Administração Pública menos sujeita aos efeitos colaterais da burocracia, inaugurando, assim, o que se convencionou denominar Administração Pública Gerencial. Tal princípio exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza e rendimento funcional, buscando a prestação do serviço com qualidade alta e baixo custo. Assim, o exercício da função administrativa pelo Estado deve ter como tripé: quantidade, qualidade e economicidade. Nesse contexto, foram introduzidos vários instrumentos no Direito Administrativo, como avaliação de desempenho, parcerias público-privadas, agências reguladoras etc.

O princípio da administração pública expresso descrito é o da

- (A) legalidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) produtividade.
- (D) eficiência.
- (E) publicidade.

69

Em determinada reclamação trabalhista que tramita perante a 25ª Vara do Trabalho de Santa Rita/PB, já na fase de execução definitiva, o executado, que é uma pessoa física, foi citado para pagar o valor homologado judicialmente, mas ficou inerte. Então, o exequente peticionou requerendo a prisão civil do executado, como forma de pressioná-lo a cumprir a obrigação.

Considerando o fato narrado e os princípios norteadores da execução trabalhista, assinale a afirmativa correta.

- (A) É possível a prisão civil do devedor trabalhista porque a execução definitiva deve ser feita da maneira mais gravosa, mas a retenção do cidadão não pode ultrapassar 60 dias.
- (B) Em razão do princípio da utilidade, e considerando-se que a eventual prisão não garantirá o pagamento da dívida, o pedido não pode ser aceito.
- (C) Em virtude do princípio da efetividade, a prisão pode ser decretada até que a dívida seja paga.
- (D) Para que a prisão seja concedida, o TRT da 13ª Região deve ser consultado previamente pelo juiz de 1º grau.
- (E) O pedido de prisão do executado não pode ser aceito em razão do princípio da patrimonialidade.

70

Uma sociedade empresária tem várias dívidas e está sendo executada em diversos processos perante justiças variadas. Há execuções fiscais por créditos tributários movidas pela Fazenda Nacional, execuções trabalhistas de empregados que não receberam seus direitos, ações de fornecedores da empresa que igualmente foram lesados e até de clientes que não receberam os produtos nela adquiridos.

Considerando a situação apresentada, assinale a afirmativa correta:

- (A) Os fornecedores do executado terão preferência no recebimento para que possam manter as suas unidades produtivas e empregos respectivos.
- (B) Uma vez que os consumidores são especialmente protegidos pela sua fragilidade econômica, terão preferência no recebimento.
- (C) O crédito dos empregados tem preferência para pagamento sobre todos os demais.
- (D) Todos os credores estão na mesma situação jurídica, não havendo preferência entre eles.
- (E) Os direitos dos trabalhadores possuem preferência, salvo em relação aos créditos tributários.

Questão Discursiva

Em matéria de regime jurídico que rege a atividade dos Oficiais de Justiça e de comunicação dos atos no bojo de processos administrativos, responda às perguntas a seguir, de forma objetivamente fundamentada.

- a) **A fé pública é um importante princípio da atividade de Oficial de Justiça Avaliador Federal. Tendo por base a doutrina de Direito Administrativo, cite e explique o atributo do ato administrativo que está diretamente relacionado à fé pública de que goza uma certidão emitida por um Oficial de Justiça, no exercício da função.**
- b) **Em tema de processo administrativo, de acordo com Lei nº 9.784/1999, a doutrina de Direito Administrativo e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: (b.1) Quais as hipóteses em que a intimação deve ser efetuada por edital no processo administrativo? (b.2) No processo administrativo, a revelia produz aos mesmos efeitos que, em regra, costuma produzir nos processos judiciais?**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

